

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 2: Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos

**ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE  
INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADOS PELAS EMPRESAS INSTALADAS NO CENTRO DE  
INOVAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO DO JARAGUÁ – CIPT, MACEIÓ/AL*****ACCESSIBILITY OF PEOPLE WITH DISABILITIES TO INFORMATION PRODUCTS AND SERVICES  
PROVIDED BY COMPANIES INSTALLED IN THE INNOVATION CENTER OF THE JARAGUÁ  
TECHNOLOGICAL POLE – CIPT, MACEIÓ/AL***

**Nátally Sarmiento Jacomelli** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –  
*natally.jacomelli@ichca.ufal.br* – Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9502-7195>

**Francisca Rosaline Leite Mota** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –  
*francisca.mota@ichca.ufal.br* – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7283-0770>

**Modalidade: Comunicação Oral**

**Resumo:** As questões relacionadas a acessibilidade estão cada vez mais em voga na sociedade da informação, a pesquisa teve como objetivo geral estudar as estratégias de acessibilidade adotadas pelo Centro de Inovação do Polo Tecnológico do Jaraguá que buscam promover a igualdade de oportunidades as Pessoas com Deficiência e fortalecer a diversidade no cenário de tecnologia e inovação do Estado de Alagoas. A metodologia da pesquisa é aplicada, quanti-qualitativa. O projeto está em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, ainda em fase inicial, com resultados parciais ao identificar as empresas e instituições localadas no Polo Tecnológico.

**Palavras-chave:** acessibilidade; inclusão; inovação.

**Abstract:** *Issues related to accessibility are increasingly in vogue in the information society, the research had the general objective of studying the accessibility strategies adopted by the Innovation Center of the Technological Pole of Jaraguá that seek to promote equal opportunities for People with Disabilities and strengthen diversity in the technology and innovation scenario in the State of Alagoas. The research methodology is applied, quantitative-qualitative. The project is underway by the Postgraduate Program in Information Science at the Federal University of Alagoas, still in its initial phase, with partial results when identifying companies and institutions located in the Technological Hub.*

**Keywords:** *accessibility; inclusion; innovation.*

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), cerca de 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Na esfera jurídica, existem vários dispositivos que visam atender as demandas deste público, dentre os mais relevantes temos a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência na lei nº 13.146 de 2015, e o decreto nº 5.296 de 2004, que trata da obrigatoriedade do atendimento prioritário e a criação de condições de acessibilidade para a Pessoa com Deficiência (PcD).

De acordo com o Governo Federal, a definição de acessibilidade trata de “incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações” (Brasil, 2017, p.1). No entanto, muitas vezes essa inclusão não ocorre, deixando parte da sociedade desassistida e com dificuldade em exercer seus direitos básicos.

Para promover a acessibilidade é necessário criar condições básicas para as PcD por meio da inclusão social em ambientes urbanos, nos serviços de transporte, através dos sistemas de comunicação e informação, buscando proporcionar igualdade de oportunidade.

Como dito, a acessibilidade é um direito assegurado por lei, por isso, é necessário viabilizar os produtos e serviços de forma a tornar o ambiente inclusivo para todos e em todos os contextos. Porém, percebe-se que, sobretudo nos setores tecnológico e de inovação, a inclusão de PcD é um grande desafio, ainda. No estado de Alagoas, o Centro de Inovação do Polo Tecnológico do Jaraguá (CIPT) é um dos principais espaços de fomento a projetos acelerados e cultivados dentro do Ecossistema de Inovação Local (Mota, 2023). Compreende-se que o CIPT já incluiu, desde a sua inauguração em 2021, meios para tornar o local minimamente acessível para pessoas com dificuldade locomotiva, porém, é preciso implementar mais ações para atender a toda e qualquer deficiência em busca da inclusão.

A pesquisa se encontra em fase inicial, sendo realizada a identificação das empresas e instituições localizadas no Centro de Inovação. A próxima etapa visa caracterizar quais delas possuem meios de acessibilidades e quais não possui, porém, essa fase ainda não foi iniciada.

Dada esta constatação, é que surgiu o seguinte problema de pesquisa: quais as estratégias de acessibilidade adotadas no CIPT que buscam promover a igualdade de

oportunidades as PcD e fortalecer a diversidade no cenário de tecnologia e inovação do estado de Alagoas?

Nessa perspectiva, busca-se estudar as estratégias de acessibilidade adotadas pelo CIPT que buscam promover a igualdade de oportunidades as PcD e fortalecer a diversidade no cenário de tecnologia e inovação do Estado de Alagoas. Para tanto, pretende-se, especificamente:

- Realizar revisão de literatura sobre PcD e acessibilidade em ambientes de tecnologia e inovação;
- Identificar e caracterizar as empresas que atuam no CIPT e que desenvolvem ações de inclusão de PcD;
- Identificar tecnologias assistivas e adaptativas utilizadas nas empresas que atuam no CIPT;
- Verificar as principais ações desenvolvidas no sentido de promover a inclusão de PcD no CIPT.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir das observações cotidianas empreendidas em meio ambiente de trabalho, qual seja, o CIPT. Visto que as questões tecnológicas e de inovação são verdadeiros pilares para a instituição, percebeu-se a necessidade de incluir cada vez mais as PcD. De acordo com os números do último Censo<sup>1</sup> (2010), cerca de 45,6 milhões de pessoas tem algum tipo de deficiência, correspondendo há 23,9% da população, sendo 18,6% com deficiência visual, 7% com deficiência física ou motora; 5,1% com deficiência auditiva e 1,4% com deficiência intelectual, ou seja, é uma parte significativa da população ao qual é preciso viabilizar o mercado. Os números revelam que há uma parcela significativa da população que carece de espaço para o exercício de sua cidadania, isto inclui os meios de acesso ao trabalho e as tecnologias, bem como, a cultura, educação e segurança. Neste sentido, o CIPT pode e deve contribuir para a inclusão de boa parte destas pessoas em nosso estado. Acredita-se que aí reside a principal contribuição social que pode ser dada pela pesquisa.

---

<sup>1</sup> Importante registrar que os dados do Censo realizado no ano de 2022 só serão divulgados no último trimestre de 2024, sendo o Censo de 2010 considerado o mais atual até o momento.

A temática dessa pesquisa também pode ser relevante para a Ciência da Informação, pois se coaduna com o preconizado na área de concentração Informação, Tecnologia e Inovação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL) que contempla:

A apropriação social da informação e da tecnologia tem como base as dinâmicas de invenção e reinvenção que promovem os processos inovativos fundamentais ao desenvolvimento social, político, econômico e cultural, em diferentes contextos. Atuar nesse complexo requer, portanto, observar o contexto de produção, políticas, estratégicas, tecnologias e processos que possibilitem, em última análise, o uso efetivo de informação para gerar recursivamente conhecimento e inovação. (PPGCI, 2024).

Ademais, encontra-se alinhada com a Linha de Pesquisa Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos que aborda, entre outras temáticas, o papel das tecnologias de informação e comunicação nos processos inovativos, os sistemas de informação em ciência, tecnologia e inovação, os regimes de informação em processos inovativos, os atores e ações de informação no desenvolvimento de inovações (PPGCI, 2024).

O acesso à informação para todos os públicos, sobretudo para PcD, é um desafio e os processos de inclusão podem resultar em um impacto social direto, contribuindo para uma maior democratização da informação e, conseqüentemente, para o exercício pleno da cidadania.

## 2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa é classificada, do ponto de vista da natureza como pesquisa aplicada, por gerar conhecimento na prática para solucionar problemas específicos. A abordagem da pesquisa é quantitativa-qualitativa. Para Knechtel (2014), esse tipo de análise “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos.”

O universo da pesquisa é composto pelas empresas instaladas no CIPT. Os instrumentos de coleta de dados serão questionário e entrevista. Os questionários serão distribuídos via ferramenta eletrônica para todos os colaboradores que atuam nas empresas. Ainda serão realizadas duas entrevistas, sendo uma com o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e outra com o Superintendente do CIPT.

### 3 INFORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE: ENTENDIMENTOS INICIAIS

Os autores Capurro *et al.* (2007, p. 155) definem a informação no contexto da ciência da informação “[...] O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo”. De acordo com os mesmos autores, o conceito de informação é apresentado como meio capaz de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento. A aplicação dessas definições, busca promover a inclusão através do processo ao repassar a informação para todos os públicos, Pessoa com Deficiência ou pessoa sem deficiência.

Diante disso, Bueno (2010) esclarece dois pontos cruciais para abordar a propagação científica e de inovação de acordo com seu público, a diferença entre a comunicação científica e divulgação científica. A primeira é alinhada ao público-alvo especializado, já o segundo conceito, é voltado para o público leigo, sendo de fácil entendimento. Vale ressaltar que ambas possuem importância para a ampliação da informação. É necessário expandir a divulgação científica, principalmente visando a acessibilidade e inclusão de PcD, interligados a busca por inovação e o processo de informação igualitários.

Para compreender a temática da acessibilidade, é preciso primeiramente entender alguns conceitos básicos. Antes de tudo, é preciso conhecer a Lei de Acessibilidade, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios básicos que buscam promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nela, é apresentado em seu Art. 2º a definição de acessibilidade e das barreiras.

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (Brasil, 2000)

As barreiras podem ser urbanísticas, como vias de acesso, arquitetônica, edifícios público ou privado, nos meios de transportes, modos de locomoção, ou na comunicação e

informação, em expressar e receber uma mensagem. Há neste mesmo artigo da referida lei, a definição e diferenciação da pessoa com deficiência e da pessoa com mobilidade reduzida.

III - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; IV - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso; (Brasil, 2000).

A lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nele é possível compreender que para ocorrer a inclusão é necessário adaptar espaços, tornando-os acessíveis, permitir que os direitos sejam igualmente respeitados e gerar uma inclusão social.

Mesmo com as legislações para proteger e incluir o direito das PcD, ainda há uma defasagem com relação a produção de mecanismos aliados a acessibilidade na prática, seja nas empresas ou serviços ofertados. Segundo Crivelente *et al.* (2022, p. 271), “entendemos que se os dispositivos de informação têm papel fundamental no estímulo à promoção de uma cultura inclusiva, tal tema deveria ser inerente à formação dos profissionais da informação”. Nota-se que também há uma limitação de literatura, principalmente quanto relaciona a acessibilidade e informação.

A empresa Hand Talk, segundo Bertaglia (2022), é um dos maiores exemplos de iniciativa de acessibilidade no Brasil, afirma que há vários tipos de acessibilidade:

a) acessibilidade atitudinal: é sobre pensar e realizar ações que promovam um mundo mais justo e inclusivo para todos;

b) arquitetônica: é aquela que se utiliza recurso para promover a locomoção de pessoas com deficiência tanto física como de mobilidade reduzida, lhe permitindo autonomia;

c) metodológica/pedagógica: é sobre tornar as técnicas educativas acessíveis;

d) programática: esse tipo de acessibilidade ocorre em promover conscientização e aplicação das leis e políticas públicas;

e) instrumental: ligada a criação de ferramentas e utensílios para a inclusão dessas pessoas as atividades escolares, profissionais e de lazer;

f) transporte: que facilite a mobilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, esse tipo de acessibilidade vai além dos assentos preferenciais, inclui também catracas para pessoas em cadeira de rodas, placas de sinalização, piso tátil;

g) nas comunicações: promover e facilitar a comunicação com todo o público, seja com libras, legenda nos vídeos, assistentes virtuais, braile;

h) digital: inclusão de textos alternativos em imagens, alto contraste nas páginas de internet;

i) natural: promover acessibilidade a obstáculos que a própria natureza impõe, como o acesso ao cadeirante as praias, uma trilha com caminho de fácil acesso.

É necessário compreender quais são os tipos de deficiência para posteriormente trabalhar em cima de cada uma delas para a inclusão por meio da acessibilidade. Aguiar (2020) e Associação Catarinense de Medicina do Trabalho (2018), caracterizam as deficiências como:

Deficiência física: São aquelas que alteram de forma completa ou parcial, um ou mais segmentos do corpo humano que compromete a mobilidade da função física. Podem ser apresentadas como paraplegia (perda total das funções motoras); monoplegia (perda parcial de uma das funções motoras, seja do membro inferior ou superior); tetraplegia (perda total das funções motoras, dos membros inferior e superior); hemiplegia (perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo, direito ou esquerdo); ostomia (quando é necessária uma cirurgia para eliminar dejetos do organismo); nanismo (alteração metabólica ou hormonal que causa deficiência no crescimento dos ossos); paralisia cerebral (lesão cerebral causada por falta de oxigênio no cérebro); e amputação (remover uma parte do corpo).

Deficiência auditiva: Perda parcial ou total da audição, pode ser genética ou por lesões na estrutura do aparelho auditivo. Pode ser uma perda auditiva parcial (há dificuldade em compreender alguns sons); bilateral (lesão em ambos os ouvidos); ou total (grande dificuldade em ouvir, onde é necessário o uso da língua de sinais e leitura labial).

Deficiência visual: Perda parcial ou total da visão, podendo ser congênita ou adquirida. Pode ser apresentada como: de baixa visão (compromete o desempenho dos olhos apesar da realização de algum tratamento ou correção); cegueira (perda total da visão ou redução extrema de enxergar, pode ser em um ou nos dois olhos).

Deficiência intelectual: Alteração no desenvolvimento de um indivíduo a um nível cognitivo baixo, o que dificulta a comunicação e socialização com o mundo. Seus tipos são: síndrome do X frágil (deficiência genética causada por uma mutação no cromossomo X); síndrome de Down (alteração genética causada no qual o portador possui três cromossomos no par 21); síndrome de Prader-Willi (alteração no cromossomo 15); síndrome de Angelman (ausência ou mutação do cromossomo 15 herdado pela mãe); síndrome Williams-Beuren (alteração no cromossomo 7, por desordem ou falha tornando-se incompleto, não é transmitido geneticamente); Transtorno do Espectro Autista - TEA (alteração das funções do neurodesenvolvimento do indivíduo que pode influenciar na capacidade de interação social, comunicação e linguagem).

Deficiência sensorial: Quando há uma alteração, parcial ou total em um dos cinco sentidos (audição, paladar, visão, tato e olfato).

Deficiência múltipla: Quando uma pessoa tem mais de uma deficiência.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015, em seu Art. 2º a pessoa com deficiência é aquela que possui qualquer tipo de impedimento a longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Qualquer pessoa que possua uma dessas limitações, faz parte do grupo PcD.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), que utilizou como base, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2019, foi analisado a situação da pessoa com deficiência em diversos meios, criando categorias.

Esses dados apontam a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho como: a) 23,8% de PcD entre 14 anos ou mais, na taxa de participação desse mercado; e b) 34,3% de formalização. Em contrapartida para as pessoas sem deficiência, o número é maior, sendo a) 66,3% e b) 50,9%.

Esse cenário é reforçado quanto a renda, quando a pesquisa revela que a PcD recebe cerca de dois terços (2/3) do rendimento em comparação a pessoa sem deficiência. Além desses dados, a pesquisa aponta também que as PcD têm acesso reduzido ao meio de internet, em relação ao sem deficiência, sendo o primeiro 68,8% e o segundo 86,1%, ou seja, é possível compreender que essas pessoas têm menos oportunidade.



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizou o censo escolar de 2019 onde 55% das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental possuem uma infraestrutura adaptada para os alunos com deficiência, 63,8% das escolas dos anos finais do ensino fundamental e 67,4% das escolas do ensino médio. Existem várias iniciativas que visam combater a exclusão e desigualdade, porém, há discrepâncias significativas entre as regiões brasileiras.

Segundo análise dos dados da Cartilha do Censo 2010 da PcD, Alagoas apresentou um percentual de 27,54% em pessoas com pelo menos uma deficiência. Já no panorama por região, o Nordeste possui, de acordo com os mesmos dados, 26,63%.

É necessário avaliar também as pessoas com mais de uma deficiência, como a análise feita de acordo com a frequência escolar, onde as pessoas com deficiência física correspondem entre 66% e 68% em comparação a pessoas com mais de uma deficiência com 59,3%.

Os dados demonstram que as pessoas com deficiência também enfrentam dificuldade diante da educação, impactando diretamente na qualidade de vida e bem-estar dessas pessoas, assim como inseri-los no mercado de trabalho. Fujino reafirma as dificuldades ao abordar o uso da inclusão social.

No entanto, partimos do pressuposto que a Informação, vista como instrumento para Inclusão Social, só tem sentido se puder contribuir para empoderar cidadãos na construção de uma sociedade em que comunicação, educação e cultura tenham como base o respeito à diferença e a igualdade de oportunidade para todos (Fujino, 2017, p. 238).

O direito ao acesso a informação e a qualquer serviço é assegurado por leis, porém, é necessário avaliar sua atuação na prática, se uma PcD é limitada de algum modo por ausência de algum recurso, essa pessoa não terá vontade de retornar para esse serviço, isso impacta diretamente na inclusão social de tal público.

#### **4 O CENTRO DE INOVAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO DO JARAGUÁ**

Conforme Mota (2023), o Centro de Inovação do Polo Tecnológico (CIPT) é o maior investimento relacionado a ciência e inovação de Alagoas. Foi inaugurado oficialmente em

21 de outubro de 2021, tem como objetivo reunir o público empreendedor, tecnológico e de inovação científica para impulsionar o mercado de trabalho do Estado. Gerido pela Secretaria da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SECTI), o polo tecnológico estimula o desenvolvimento de Alagoas através de eventos inovadores, e conta com uma ampla estrutura, além de ofertar internet de alta qualidade.

O CIPT, além de possuir um espaço aberto ao público (*coworking*), dispõe de auditório para eventos e empresas no primeiro, segundo e terceiro andar do prédio. Conta com um estacionamento para os permissionários, e um aberto ao público.

As empresas locadas no CIPT são diversas, e serão apresentadas de acordo com o andar do prédio, para melhor percepção.

No primeiro andar, tem-se as empresas: Go Digital (sala 101), I Soluções (102), Orsolight (103), Foco Sistemas (108), LACCAM (109), RC Marcas e Patentes (110), DMD2 (111), Vertex (113), Área de fomento à pesquisa (116).

No segundo andar, estão as empresas: FAPEAL (201,202,203), Dicas Digitais (206), GoNube (207), Start Soluções (208), Edge (209,211), Terra (212), Ifal (213), Yellow Kite (215,225), Coneragir (216), Ábaco (217), Aereo Projetos (219), Forte Solar (221), Certame (222), H8 Publicis (224).

Já no terceiro andar, encontram-se as empresas: SenaHub (301), Fundepes (303), Assespro (305), DG PR (306), ID5 Timmy (309), Weni (312), Uncisal (313), XPD (315) e Hand Talk (316).

Dentre essas empresas, a mais representativa no contexto da acessibilidade e inclusão de PcD é a Hand Talk que atualmente possui a maior plataforma de tradução automática para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) via Inteligência Artificial.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa, que está em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, encontra-se na fase inicial tendo como dados preliminares a identificação das empresas e instituições locadas no Centro de Inovação do Jaraguá.

É possível identificar que a empresa Hand Talk, especialista como a maior plataforma de tradução automática para a Língua de Sinais, contribui bastante para a inclusão de

deficientes auditivos. Nela há tradutores virtuais, Hugo e Maya, que facilitam a comunicação através do acesso tecnológico na palma da mão, pelo *app*. No portal da mesma empresa, é possível identificar algumas ferramentas para atender ao público com dificuldade visual, como poder controlar a fonte, ter auxílio na leitura e controlar o nível de cor.

A Hand Talk é um exemplo de renome quando se aborda a acessibilidade, e tornar o Polo Tecnológico mais informativo e inovativo é um desafio necessário. A inovação caminha diretamente com a inclusão social, de todo e qualquer público, por isso, é necessário alinhar métodos de acessibilidade práticos para o local.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. A. **Conceitos básicos sobre deficiência**. 2020. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/conceitos-b%C3%A1sicos-sobre-defici%C3%Aancia-ciraiane-alves-aguiar-pcd/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE MEDICINA DO TRABALHO. **Ministério do Trabalho e Emprego**: caracterização das deficiências. 2018. Disponível em: [Ministério do Trabalho e Emprego: Caracterização das Deficiências](#). Acesso em: 22 fev. 2023.

BERTAGLIA, Rosi. **Acessibilidade**: exemplos, tipos e como se enquadrar às normas? 2022. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/acessibilidade-exemplos/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. **Acessibilidade**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/acessibilidade>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CAPURRO, R. *et al.* O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CRIVELENTE, M. *et al.* Acessibilidade e inclusão na ciência da informação: estudo de trabalhos citados. *In: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*, 8., 2022, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2022.

FUJINO, A. Acessibilidade informacional de PcD no contexto da Lei de Acesso a Informação: desafios para estudo de usuários. **Inf. Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, 2017.

IBGE. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html>. Acesso em: 15 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Básica 2019**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2020.

MOTA, F. R. L. **Projeto de Atração, Divulgação e Mobilização dos Espaços Abertos de Inovação do Centro de Inovação do Jaraguá Através de Eventos Difusores da Cultura Científica e do Empreendedorismo Inovador**. Maceió: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Linhas de Pesquisa**. Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 22 fev. 2023